



HORROR NO ORIENTE MÉDIO

Netanyahu mostra força no parlamento

Com os votos de 99 dos 120 integrantes do Knesset, inclusive da oposição, primeiro-ministro de Israel aprova uma resolução contra qualquer "reconhecimento unilateral de um Estado palestino". Na Faixa de Gaza, crise humanitária se agrava

Num momento delicado das relações com a comunidade internacional pela condução do enfrentamento ao Hamas, com agravamento da crise humanitária na Faixa de Gaza, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, obteve, ontem, uma expressiva vitória no parlamento. Com os votos de 99 dos 120 deputados, inclusive da oposição, a Knesset aprovou uma resolução proposta pelo premiê contra qualquer "reconhecimento unilateral de um Estado palestino".

"Essa votação histórica demonstra nossa determinação coletiva", escreveu Netanyahu na rede social X, para quem o placar "envia uma mensagem clara à comunidade internacional". "Não recompensaremos o terrorismo com um reconhecimento unilateral em resposta ao massacre de 7 de outubro, da mesma forma que não aceitaremos soluções impostas", acrescentou o primeiro-ministro.

A votação ocorreu poucos dias depois de o jornal *The Washington Post* divulgar que os Estados Unidos e vários países árabes estavam elaborando um plano global de paz com um cronograma para a criação de um Estado palestino após o término do conflito. A resolução enfatiza que "Israel rejeita categoricamente as resoluções internacionais sobre uma solução permanente com os palestinos". O texto destaca que a solução só pode ser alcançada "por meio de negociações diretas entre as partes e sem condições prévias".

Apresentada formalmente pelo premiê no último domingo, a medida estabelece que "Israel continuará se opondo ao reconhecimento unilateral" de um Estado palestino. "Uma declaração desse tipo após o massacre

AFP



Homem anota os nomes de palestinos mortos em ataques, num cemitério improvisado em Rafah, no sul da Faixa de Gaza

de 7 de outubro concederia uma enorme recompensa a um terrorismo sem precedentes e impediria qualquer acordo de paz futuro", justificou.

A guerra foi desencadeada por uma incursão de extremistas do Hamas oriundos de Gaza, que mataram mais de 1.160 pessoas, na maioria civis, no sul de Israel e sequestraram cerca de 250, segundo

um levantamento da AFP com base em dados oficiais israelenses.

O governo de Netanyahu retaliou com uma campanha de bombardeios e uma ofensiva terrestre contra a Faixa de Gaza, que até o momento deixou mais de 29 mil mortos, na maioria civis, de acordo com o Ministério da Saúde do enclave palestino governado pelo Hamas.

Fome

cenário de bombardeios e de confrontos incessantes entre tropas israelenses e extremistas do Hamas, a Faixa de Gaza mergulha em uma grave crise humanitária. Entre terça-feira e ontem, foram registradas 118 mortes no território palestino. Segundo a ONU, 2,2 milhões dos quase 2,4

milhões dos habitantes de Gaza estão ameaçados pela fome.

A situação se agravou depois que o Programa Mundial de Alimentos (PMA) anunciou a suspensão das entregas no norte do território, devido à "violência" e ao "caos" que imperam na área. O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom, qualificou a situação



Não recompensaremos o terrorismo com um reconhecimento unilateral em resposta ao massacre de 7 de outubro, da mesma forma que não aceitaremos soluções impostas"

Benjamin Netanyahu,
premiê israelense

"sanitária e humanitária" em Gaza como "desumana".

O Crescente Vermelho palestino instou as instituições das Nações Unidas a "intensificarem sua ajuda, especialmente nas regiões do norte da Faixa de Gaza, onde 400 mil pessoas estão ameaçadas pela fome".

Nessa preocupante conjuntura, Netanyahu anunciou sua determinação em lançar uma ofensiva militar contra Rafah — definida por ele como "último bastião" do Hamas — e em libertar os reféns sequestrados pelos islamistas. Na cidade, localizada na fronteira com o Egito, vivem 1,5 milhão de palestinos, a maioria deslocada pela guerra.

A possibilidade da ofensiva preocupa a comunidade internacional, devido ao risco de uma catástrofe humanitária. O governo israelense afirmou que, se os reféns não forem libertados antes do início do Ramadã, em 10 ou 11 de março, os combates se estenderão a essa localidade.

AMÉRICA DO SUL

ELN suspende negociações de paz na Colômbia

O governo colombiano reagiu, ontem, à decisão do Exército de Libertação Nacional (ELN) de congelar as negociações de paz, alegando violação ao previamente acordado para a condução do processo. "As decisões tomadas unilateralmente pelo ELN são de sua inteira responsabilidade e levam a gerar uma crise desnecessária que prolonga o confronto armado e a violência sofrida pelas comunidades, além de enfraquecer a confiança da sociedade colombiana em sua vontade de paz", declarou, em comunicado, a Casa de Nariño.

Segundo a nota, o governo de esquerda de Gustavo Petro "cumprirá integralmente todos os seus compromissos" e sempre esteve disposto a encontrar soluções para as situações críticas e dificuldades durante as negociações. As delegações oficiais e da guerrilha realizaram seis ciclos de conciliação na Venezuela, México e Cuba e anunciaram o retorno a Caracas em abril.

Contudo, uma série de impasses mina o futuro do diálogo, entre eles, "bloqueios armados" em que os rebeldes ordenam o confinamento de milhares de pessoas; o sequestro do pai do jogador

AFP



Manifestantes pedem o fim da violência durante ato em Bogotá

do Liverpool Luis Díaz, libertado dez dias depois; bem como confrontos com outros grupos armados. O último ataque violento foi descrito pelo governo de Petro como uma "deslealdade" à trégua bilateral pactuada até agosto.

Ao anunciar a suspensão das negociações, o ELN questionou, sem aprofundar detalhes, alguns "diálogos regionais" com a guerrilha no departamento de Nariño (sudoeste colombiano), anunciados no último fim de semana pelo governador local.

"Ao se tornar público tal montagem, disfarçado de diálogos regionais, o processo entra em aberta crise e nos vemos obrigados a convocar nossa delegação de negociadores para consultas", acrescentou a nota.

Pressão

Por meio de um comunicado, também divulgado ontem, a Defensoria do Povo classificou a posição do grupo como "inaceitável", acrescentando que isso

demonstra a vontade do ELN "de pressionar o Estado para que não haja participação da sociedade".

Em conflito armado desde 1964, a guerrilha conta com cerca de 5,8 mil combatentes e uma ampla rede de colaboradores, segundo a inteligência militar.

Embora tenha um comando central, as frentes do ELN são autônomas no campo militar, o que, segundo especialistas, dificulta as negociações. "A decisão de valorizar o que avançamos, de valorizar os passos rumo à paz, de valorizar os acordos está nas mãos do ELN", declarou, em vídeo, a negociadora do governo, Vera Grabe.

Petro, o primeiro esquerdista a assumir o poder no país, aposta no diálogo para alcançar acordos com o ELN e com os dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que se recusaram a aceitar um pacto de paz em 2016.

A nota oficial da Presidência destaca que desenvolver a paz nos territórios colombianos é uma das prioridades de Gustavo Petro. "Nesse sentido, (o governo) respeita e incentiva as iniciativas que os líderes locais lideram para proteger a população e realizar transformações sociais."

AFP



Tragédia na Venezuela

O desabamento de uma mina ilegal, localizada em uma área remota da Venezuela, deixou, pelo menos, 25 mortos e 15 feridos. Ao tomarem conhecimento da tragédia, familiares dos trabalhadores seguiram para Puerto Guacara, em La Paragua, distante cerca de 750km de Caracas, de onde partem embarcações para a mina "Bulla Loca", que fica a sete horas de navegação por rio. É o segundo desabamento de mina na Venezuela em apenas dois meses. Em dezembro passado, 12 pessoas morreram na comunidade indígena de Ikabarú, no mesmo estado, onde dias antes já havia ocorrido um "colapso parcial", que não deixou vítimas. A região do arco mineiro de Bolívar, que abrange parte da Amazônia, tem grandes reservas de ouro, diamante e ferro, entre outros. A região é explorada pelo governo, mas também por grupos ilegais e criminosos.